

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## CAPITAL PORTADOR DE JUROS ESTRANGEIRO E O FINANCIAMENTO DA URBANIZAÇÃO DE FORTALEZA-CE (2006-2022)

Alba Maria Pinho de Carvalho<sup>1</sup>

Antônio Victor de Mendonça Moreira<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo contribuir para a configuração de nexos teórico-analíticos, a partir da tradição marxista, entre os processos de urbanização e as dinâmicas do fundo público do Município de Fortaleza, de 2006 a 2022, sob a égide do capital portador de juros. Para tal, realizou-se uma revisão de bibliografia especializada, nacional e estrangeira, a incidir nesses distintos processos, aliada a uma análise e processamento de dados secundários. A partir dessa metodologia, constata-se que o Município de Fortaleza amplia seu grau de endividamento, via operações de créditos externas, a fim de realizar parte do financiamento da urbanização da metrópole, a seguir os princípios da agenda neoliberal de “equilíbrio” e “sustentabilidade” das contas públicas e destina, cada vez mais, parte do fundo público ao pagamento de juros e encargos da dívida, vinculados a tais empréstimos, os quais estão fortemente influenciados pela variação cambial.

**Palavras-chave:** Urbanização; Capital Portador de Juros; Município de Fortaleza.

### ABSTRACT

The objective of this work is to contribute to the configuration of theoretical-analytical nexuses, based on the Marxist Tradition, between urbanization processes and the dynamics of the public accounts in the Municipality of Fortaleza, from 2006 to 2022, under the aegis of interest-bearing capital. For this purpose, a review of specialized national and foreign bibliography was carried out, focusing on these different processes, combined with an analysis and processing of secondary data. From this methodology, it appears that the Municipality of Fortaleza increases its level of public debt, via external credit operations, with the objective of accomplish the financing of the urbanization of the metropolis, following the principles of the neoliberal agenda of "balance" and "sustainability" of the public accounts; and increasingly allocates part of the public fund to the payment of interest and debt charges linked to these loans, which are strongly influenced by exchange variation.

**Keywords:** Urbanization; Interest-bearing Capital; Municipality of Fortaleza.

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); [albapcarvalho@gmail.com](mailto:albapcarvalho@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre e Doutorando em Sociologia pela UFC; [antvictormend@gmail.com](mailto:antvictormend@gmail.com)

#### PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 1 INTRODUÇÃO

A atual dominância do capitalismo financeirizado, em escala mundial, expressa-se de modo particular, sobretudo quando considera-se a implementação dos diferentes ciclos do ajuste neoliberal nos dinâmicas do capitalismo dependente latinoamericano (MARINI, 2017; BRETTAS, 2020). As delimitações de tais ciclos, foram estabelecidas, inicialmente, pelo Consenso de Washington, em 1990, e institucionalizadas, no caso brasileiro, de forma tardia, subordinada e dependente (PAULANI, 2012; CARVALHO, MILANEZ, GUERRA, 2018), em estreita imbricação com instituições multilaterais.

Com isso, o receituário neoliberal aprofunda a financeirização das políticas públicas e do fundo público no Brasil (SALVADOR, BEHRING, LIMA, 2019), a impor uma nova racionalidade (DARDOT e LAVAL, 2016) aos agentes estatais envolvidos diretamente em tais processos, inclusive no que diz respeito às políticas de financiamento urbano e à gestão das cidades (ARANTES, 2006; ROYER, 2014).

Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo contribuir para a configuração de nexos teórico-analíticos, a partir da tradição marxista, entre os processos de urbanização e as dinâmicas do fundo público do Município de Fortaleza, sob a égide do capital portador de juros. Para tal, realizou-se uma revisão de bibliografia especializada, nacional e estrangeira, a incidir nesses distintos processos, aliada a uma análise e processamento de dados secundários.

Desse modo, o artigo divide-se em três momentos: no primeiro, discute-se as principais categorias mobilizadas para a pesquisa, tais como urbanização e capital portador de juros; no segundo, apresenta-se as transformações dos processos de urbanização em Fortaleza-CE, sobretudo após 1990; e, finalmente, no terceiro momento, detalha-se como ocorrem as contratações das massas de capital portador de juros estrangeiros pelo Município de Fortaleza, assumindo a forma jurídico-institucional de operações de crédito externas, bem como seus impactos na dinâmica do fundo público municipal, especificamente, de 2006 a 2022.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 2 URBANIZAÇÃO E A LÓGICA DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A urbanização, sob a ótica marxista, pode ser compreendida enquanto um processo de produção do ambiente construído, que assenta a acumulação de mais-valor e o desenvolvimento das condições gerais da produção (MARX, 2017; LOJKINE, 1997; TOPALOV, 1979). Aliso a isso, tais processos abrangem todo o arcabouço jurídico-institucional estatal, a fim de garantir a propriedade privada, a circulação de mercadorias, incluindo a força de trabalho, bem como a produção e circulação das redes de infraestrutura, tanto para o consumo produtivo quanto para o consumo coletivo e individual (CANETTIERI, 2019).

Nesse sentido, o espaço construído é apropriado pela lógica mercantil, mobilizado enquanto força produtiva do capital, ou seja, produzido e reproduzido para funcionar como meio de produção do capital financeiro (LENIN, 2012; HILFERDING, 1985; CHESNAIS, 2010, 2016), e das frações dos capitais funcionantes a ele vinculado, isto é, àquelas frações capitalistas diretamente envolvidas na exploração da força de trabalho viva. Tal processo ocorre para o barateamento dos custos de produção e circulação, além da distribuição e realização da renda de monopólio de proprietários e especuladores fundiários, nos seus processos de reprodução como classe social.

Por meio dessa ideia-chave, tem-se que os estudos do que convencionou-se chamar de Nova Sociologia Urbana Francesa, realizados, sobretudo, entre as décadas de 1970 e 1980, partem das principais contribuições do materialismo histórico dialético para pensar a cidade e seus processos de urbanização.

Um dos grandes expoentes dessa corrente teórica, Christian Topalov (1979) aponta, a partir de tradução nossa, que

[...] a cidade constitui uma forma de *socialização capitalista das forças produtivas*. Ela própria é o resultado da divisão social do trabalho e é uma forma desenvolvida de cooperação entre unidades de produção. Em outras palavras, para o capital, o valor de uso da cidade reside no fato de ser uma força produtiva, pois concentra as condições gerais da produção capitalista (TOPALOV, 1979, p. 9, *grifos nossos*).

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Assim, as cidades e seus espaços construídos, nas palavras de Topalov (1979), “formas de socialização capitalista das forças produtivas”, tornam-se um dos *locus* preferenciais do fluxo de capitais monetários excedentes, isto é, capital portador de juros, produto e condicionante dos processos de superprodução e superacumulação de capital, em escala mundial, a expressar uma maneira pela qual o conjunto dos capitalistas lida com a tendência decrescente da taxa de lucro (TOPALOV, 1979; LEFEBVRE, 1991, 2019; HARVEY, 2013; GOTTDIENER, 2016).

No atual momento do capitalismo com dominância financeira (CHESNAIS, 1996, 2010, 2016), uma categoria assume centralidade para a compreensão das dinâmicas sociais e, especificamente, de financiamento da urbanização em geral: o capital portador de juros. Em verdade, na qualidade de capital *in potentia*, o dinheiro converte-se em uma mercadoria *sui generis*, em outras palavras, para Marx (2017, p. 386), “o capital como tal torna-se mercadoria”.

Nesse sentido, um capitalista monetário, baseando-se em determinada taxa de lucro, encara seu montante de dinheiro como um capital potencial, possível de gerar mais-dinheiro, simplesmente pelo fato de ter a capacidade de passar para as mãos de outrem, um capitalista ativo, mediante um determinado tempo de resgate futuro do montante inicialmente emprestado. A parte do lucro para quem o capitalista monetário emprestou seu dinheiro é recolhido por ele sob a rubrica de juro.

Em corroboração às elaborações de Marx, Chesnais (2010, p. 112) afirma que o “proprietário do capital de empréstimo não se desfaz, então, jamais da propriedade do capital. Ele permanece o proprietário durante o tempo em que esse capital funciona como capital nas mãos de outros”. Ou seja, o capital que porta juro não somente deve retornar às mãos do capitalista monetário como dinheiro conservado, mas também como dinheiro acrescido, fertilizado de mais-valor, na forma de juros, por outros capitalistas especializados nos ciclos produtivo e/ou comercial.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 3 REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM FORTALEZA-CE

No bojo dos processos de urbanização da metrópole (BERNAL, 2004; PAIVA, 2013), evidencia-se um intenso processo de reestruturação produtiva, no qual o desenvolvimento capitalista de Fortaleza especializa-se, sobretudo, em atividades do complexo turístico-imobiliário, de serviços, da indústria da transformação, de alimentos e têxtil (INSTITUTO DE PESQUISA ESTRATÉGICA DO CEARÁ-IPECE, 2021). Essa especialização determina, pois, mudanças no próprio padrão de acumulação sobre o qual os agentes capitalistas locais estabelecem sua dominação no e pelo espaço urbano (ELIAS e PEQUENO, 2013).

Com isso, após os anos 1990, gestam-se transformações dos agentes políticos que passam a ocupar o bloco no poder no estado do Ceará, momento compreendido por “Governo das Mudanças” (GONDIM, 1995). Nesse contexto, Fortaleza consolida-se como principal centro de recepção e distribuição dos fluxos turísticos internacionais no Ceará (DIÓGENES e PAIVA, 2014), sendo esta uma importante frente de atuação do grande capital financeiro, nacional e estrangeiro, na metrópole, em complementação à sua atuação nas atividades imobiliárias e da construção civil, especificamente, no setor leste da orla marítima da cidade, bem como no eixo de expansão em torno da Avenida Washington Soares.

Na medida em que as administrações estadual e municipais aperfeiçoaram suas relações com grandes bancos de desenvolvimento, formas socioespaciais mais desenvolvidas, do ponto de vista da reprodução capitalista, são estabelecidas no processo de urbanização (RIOS, 2015; RUFINO, 2016), aprofundando as contradições entre a classe trabalhadora local e as frações capitalistas diretamente envolvidas nessas transformações, a partir de suas representações patronais e na burocracia técnico-administrativa estatal.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 4 O MUNICÍPIO DE FORTALEZA E AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS

É nesse contexto de especialização produtiva de Fortaleza, sobretudo em atividades do complexo turístico-imobiliário, a estruturar parte das transformações do financiamento da urbanização da metrópole, que estão inseridas as relações entre o Município de Fortaleza e o afluxo de capital portador de juros estrangeiro. Tais relações ocorrem mediante contratações de empréstimos com Bancos de Desenvolvimento Multilaterais (BDMs), assumindo a forma de operações de crédito externas, no interior da dinâmica do fundo público municipal.

Constata-se que boa parte dos empréstimos contratados foram destinados ao financiamento de programas estatais, com objetivo de melhorar parte da rede de infraestrutura da metrópole, seja de transportes, drenagem, ou mesmo de equipamentos culturais e/ou de lazer, a reproduzir o exercício do poder político de frações capitalistas locais, interessadas nos ganhos extras advindos das vantagens localizacionais, a partir de uma ação planejada de ampliação do endividamento externo municipal.

Os BDMs, ao longo do final do século XX e início do século XXI, financiaram diversas “estratégias” de desenvolvimento capitalista, adotadas por distintos entes estatais, inicialmente na escala estadual, com os Governos de Tasso Jereissati (1987-1990, 1995-1998, 1999-2002), e, posteriormente, na escala metropolitana, a partir da gestão municipal de Luizianne Lins (2005-2013). Nesse período, identificou-se o início da implementação das políticas de ajuste fiscal e “modernização” dos aparelhos estatais, além de mudanças qualitativas no processo de planejamento, coordenação e direcionamento dos investimentos para atividades referentes à indústria calçadista, agropecuária e turísticas (AMARAL, 2018).

De modo geral, as operações de crédito externas constituem-se como contratações, estabelecidas entre um ente estatal e um BDM, de massas de capital portador de juros, devendo assumir a forma de moeda estrangeira, na maioria dos casos, dólar estadunidense, nos momentos dos desembolsos, pagamentos de juros

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

e amortizações. Tais contratações possuem uma finalidade definida, mediante elaboração e detalhamento de um programa estatal, voltado ao financiamento de determinadas ações do Poder Executivo no espaço urbano e/ou rural.

Os desembolsos, amortizações e pagamento dos juros são estabelecidos por contrato, com garantia ou não da União. Na maioria dos empréstimos analisados, a estrutura dos juros estava indexada à *London InterBank Offered Rate* de seis meses (LIBOR-semestral), taxa de juros definida por agentes financeiros do Reino Unido, a qual se soma às comissões e outros encargos administrativos.

Nos marcos jurídico-institucionais brasileiros, tem-se que a contratação de uma operação de crédito, interna ou externa, por entes da Federação, está regulamentada por algumas resoluções, referindo-se, especificamente, ao artigo 52, inciso V ao inciso IX da Constituição de 1988. Nesse sentido, as Resoluções do Senado Federal (RSF) são as principais formas jurídicas de regulação desse artigo constitucional, dando destaque para a RSF nº 96, a estabelecer limites e condições globais para as operações de crédito, bem como para concessão de garantias da União; e a RSF nº 43, dispoendo efetivamente sobre as operações de crédito, internas e externas, seus limites e condições de autorização.

A partir desses marcos, tem-se que os montantes de dinheiro tomados emprestados são, inicialmente, contabilizados pela Prefeitura como receitas de capital, na subfunção “operações de crédito”. Contudo, ao circular no interior das distintas secretarias da administração municipal, tais montantes tornam-se uma parte-alíquota da dívida pública do Município. Nesse momento, tais massas de capital de empréstimo são contabilizadas a partir da natureza da despesa, isto é, uma parte como despesas correntes, na subfunção “juros e encargos da dívida” e outra parte como despesas de capital, nas subfunções “investimentos” e “amortização da dívida”.

Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, entre 2006 e 2019, a Prefeitura de Fortaleza contratou, ao total, dez operações de crédito externas, as quais financiaram os seguintes programas:

PROMOÇÃO



APOIO



- I. Programa de Transporte Urbano de Fortaleza (TRANSFOR), firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2006, no montante contratado de US\$ 85.2 milhões;
- II. Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social (PREURBIS), firmado com o BID, em 2010, no montante contratado de US\$ 59.4 milhões;
- III. Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza (PIPPJ), firmado com o BID, em 2010, no montante contratado de US\$ 33.06 milhões;
- IV. Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), firmado com a Confederação Andina de Fomento (CAF), em 2012, no montante contratado de US\$ 50.0 milhões;
- V. Programa de Drenagem Urbana de Fortaleza (DRENURB), firmado com a CAF, em 2012, no montante contratado de US\$ 45.1 milhões;
- VI. Programa de Transporte Urbano de Fortaleza II (TRANSFOR II), firmado com o BID, em 2016, no montante contratado de US\$ 57.9 milhões;
- VII. Programa de Fortalecimento de Inclusão Social e Redes de Atenção (PROREDES), firmado com o BID, em 2017, no montante contratado de US\$ 65.4 milhões;
- VIII. Programa Fortaleza Cidade com Futuro, firmado com a CAF, em 2018, no montante contratado de US\$ 83.25 milhões;
- IX. Programa Fortaleza Cidade Sustentável, firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em 2019, no montante contratado de US\$ 73.3 milhões;
- X. Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza (PROINFRA), firmado com a CAF, em 2019, no montante contratado de US\$ 150.0 milhões.

Das dez operações listadas acima, cinco delas foram firmadas com o BID, quatro com a CAF e uma com o BIRD. Metade das operações foram contratadas na gestão Luizianne Lins (2005-2013), do Partido dos Trabalhadores (PT) e a outra metade na gestão Roberto Cláudio (2013-2021), do Partido Democrático Trabalhista

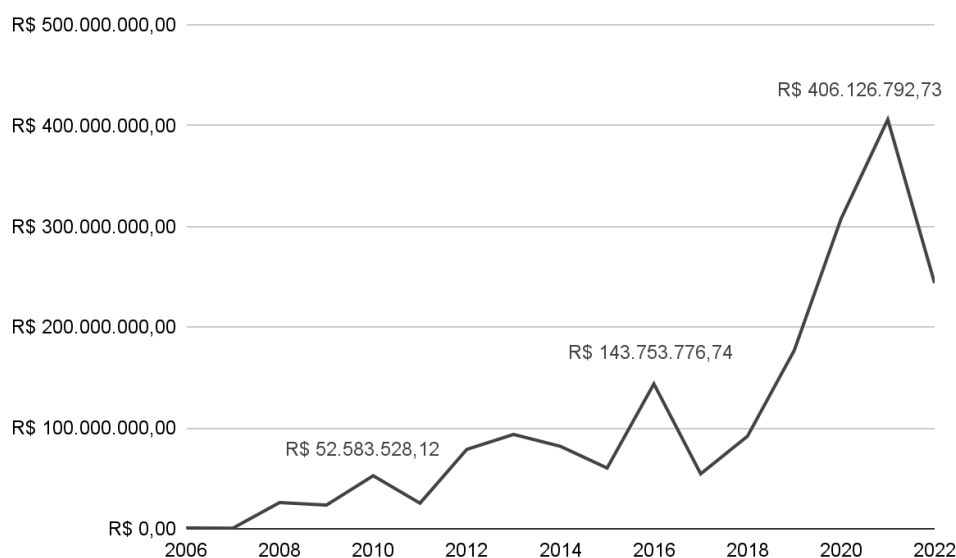
## PROMOÇÃO



## APOIO



(PDT). Apesar de serem gestões qualitativamente distintas, sobretudo no que se refere à composição dos seus integrantes para o exercício do poder político, bem como ao desenho e enfoque das políticas públicas, ambas iniciaram e aprofundaram relações com distintos BDMs, com efeito de financiar parte dos processos de urbanização da metrópole.



**Gráfico 1** – Receitas realizadas com operações de crédito externas pelo Município de Fortaleza (2006-2022).

Fonte: SEFIN-RREO. Elaborado pelos autores

Diante disso, ao analisar os dados divulgados pela Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza (SEFIN), especificamente, os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, constata-se um crescente ingresso de capital portador de juros estrangeiro, vinculado às operações de crédito externas. Tal crescimento, exposto no gráfico 1, evidencia-se na comparação entre os valores nominais, realizados até o último bimestre do exercício financeiro de 2006, na monta de R\$ 759.768 mil e os maiores valores registrados, no exercício de 2021, na monta de R\$ 406.126.792,73 milhões, a representar um salto exponencial dessas contratações, ao longo dos últimos anos,

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

especificamente, entre 2017 e 2021.

Apesar desse intenso afluxo de capital monetário, em todos os exercícios financeiros analisados, os valores contratados ainda se mantêm dentro do “limite de alerta”, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000, especificamente no inciso III do § 1º do artigo 59, de 14,4% sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), bem como do “limite geral” de 16%, definido pela RSF nº 43. Em 2021, exercício financeiro no qual foi registrado o maior valor das receitas captadas como operações de crédito externas, a quantia de R\$ 406.126.792,73 milhões representou 4,8% da RCL do Município de Fortaleza, realizada, no mesmo período, no montante total de R\$ 8.473.999.970 bilhões.

Tal como definido no artigo 2, inciso IV, da Lei Complementar nº 96/1999, anterior à LRF, a RCL municipal é determinada pelo somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços e outras receitas correntes, com as transferências correntes, destas excluídas as transferências intragovernamentais.

Desse modo, a RCL torna-se um “denominador comum” para o cálculo da grande maioria dos limites impostos pela LRF. A partir dela, calcula-se e fixa-se os gastos com pessoal, previdência, dívida consolidada, contratações de operações de crédito, internas e externas etc. Trata-se, portanto, de um dos eixos centrais da lógica neoliberal de austeridade fiscal, a configurar a atual dinâmica do fundo público brasileiro. Em nome de supostos “equilíbrio” e “sustentabilidade” fiscais, legitima-se um contínuo ajuste das contas públicas, a implicar restrições nas despesas correntes, isto é, montantes destinados à ampliação dos serviços públicos e, ao mesmo tempo, ampliações contínuas das receitas, seja através de captação de recursos com bancos de desenvolvimento, nacionais ou multilaterais, ou mesmo de novos mecanismos de arrecadação tributária.

Retornando à dinâmica específica do fundo público do Município de Fortaleza, ainda no exercício financeiro de 2021, dos R\$ 444.392.334,90 milhões das receitas realizadas na subfunção “operações de crédito”, 91% foram

PROMOÇÃO

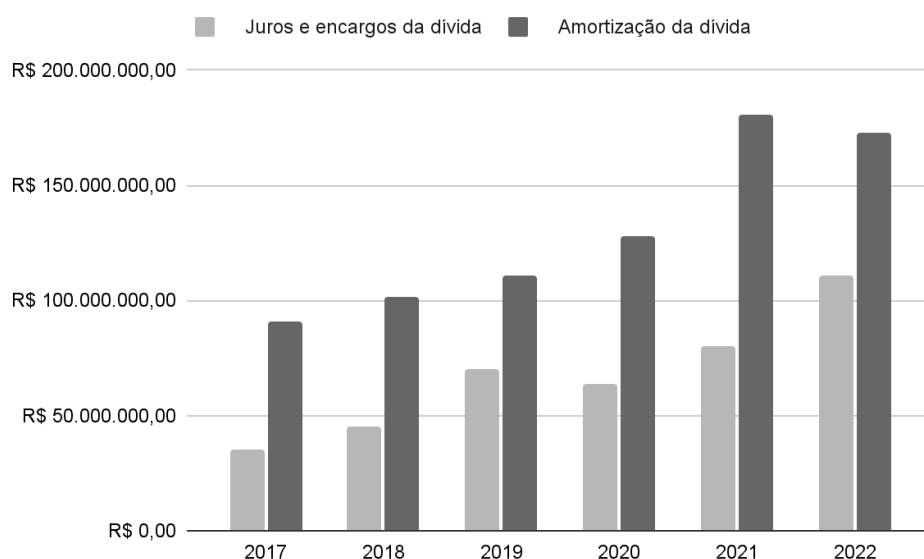


APOIO



contabilizados como operações de crédito externas e apenas 9% como operações de crédito internas, somando R\$ 38.265.592,17 milhões. Tal fato indica a centralidade assumida pelo capital portador de juros, especificamente de origem estrangeira, na dinâmica do fundo público municipal.

Infelizmente, apenas com base nos dados divulgados pela Prefeitura de Fortaleza, não foi possível analisar em detalhes o impacto da flutuação cambial nesses montantes tomados emprestados. Em todos os dados apresentados nos RREOs, sobre os quais a pesquisa se debruçou, não há quantias contabilizadas em dólares, nem uma explicitação da base de cálculo utilizada para as conversões.



**Gráfico 2** – Fluxo das despesas com juros, encargos e amortização da dívida do Município de Fortaleza (2017-2022)

FONTE: SEFIN-RREO. Elaborado pelos autores

Contudo, é possível afirmar que, dada a desvalorização histórica do real em relação ao dólar americano, especificamente ao longo da última década, os montantes tomados emprestados pelo Município de Fortaleza com distintos BDMs, por estarem sujeitos à variação cambial, a incluir juros e amortizações, estão em contínuo processo de ampliação, mesmo com a redução absoluta do saldo devedor, exatamente, por terem sido contratados em dólar estadunidense.



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Do outro lado da equação, conforme expressa o gráfico 2, tem-se que, em 2017, exercício financeiro em que se percebe o início de um intenso afluxo de capital portador de juros estrangeiro na dinâmica do fundo público municipal, as despesas executadas com “juros e encargos da dívida”, contabilizadas como subfunção das “despesas correntes”, bem como as despesas executadas com “amortizações da dívida”, contabilizadas como subfunção das “despesas de capital”, foram pagas na quantia de R\$ 35.244.065,20 milhões e R\$ 90.778.404,52 milhões, respectivamente. No exercício financeiro de 2021, ano no qual registraram-se as maiores entradas desses capitais monetários, o Município executou R\$ 80.184.027,00 milhões para pagamento de juros e encargos da dívida e R\$ 180.431.338,85 milhões em amortizações, representando um aumento de 127% e 98%, respectivamente.

Assim, percebe-se, ao analisar a dinâmica da contratação de operações de crédito externas pelo Município de Fortaleza nos últimos anos, um crescente endividamento, acentuadamente entre 2017 e 2021, processo analisado, também, em trabalho anterior (MOREIRA, 2022). De fato, a ampliação do endividamento em moeda estrangeira da Prefeitura de Fortaleza, apesar de “mascarada” na contabilidade pública, expressando os valores apenas em reais, atrelam-se, cada vez mais, ao dólar americano, a indicar o que Luce (2018) entende por uma modalidade de “dependência financeira”.

## 5 CONCLUSÃO

Adentrando na própria dinâmica do fundo público do Município de Fortaleza, constatou-se que este ente estatal brasileiro: amplia seu grau de endividamento, via operações de créditos externas, com objetivo de realizar o financiamento de parte da urbanização da metrópole, a seguir firmemente os princípios da agenda neoliberal de “equilíbrio” e “sustentabilidade” das contas públicas; e destina, cada vez mais, parte do fundo público ao pagamento de juros e encargos da dívida,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



vinculados a esses empréstimos, os quais estão fortemente influenciados pela variação cambial.

Portanto, ao configurar nexos teórico-analíticos sobre essa complexa realidade socioespacial, foi possível perceber que, na própria dinâmica do fundo público do Município de Fortaleza, este ente estatal brasileiro: amplia seu grau de endividamento, via operações de créditos externas, com objetivo de realizar parte da urbanização da metrópole, a seguir firmemente os princípios da agenda neoliberal de “equilíbrio” e “sustentabilidade” das contas públicas; e destina, cada vez mais, parte do fundo público ao pagamento de juros e encargos da dívida, vinculados a esses empréstimos, os quais estão fortemente influenciados pela variação cambial.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, R. D. **O financiamento multilateral do desenvolvimento: o Estado brasileiro e os bancos multilaterais de desenvolvimento no planejamento territorial - o caso do Ceará.** Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ARANTES, P. F. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, (20), p. 60-75, 2006.

BERNAL, M. C. C. **A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza.** Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CANETTIERI, T. **A condição periférica: uma crítica da economia política do espaço em paralaxe.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, Belo Horizonte, 2019.

CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. C. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). *In: RIGOTTO, Raquel Maria et al. **Tramas para a justiça ambiental:***

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

**diálogo de saberes e práxis emancipatórias**, p. 19-57. 1. Ed. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. 1. Ed. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. *In: A finança capitalista*. BRUNHOFF, Suzanne *et al.* p. 95-182, São Paulo: Alameda, 2010.

\_\_\_\_\_. ***Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump***. 1st. Ed. Boston: E. J. Brill, 2016.

DIÓGENES, B. H. N.; PAIVA, R. A. O processo histórico de metropolização de Fortaleza. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - ENANPARQ: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**, p. 1-20. São Paulo, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. **Mercator Fortaleza**, v. 12, n. 28, p. 95-112, mai./ago. 2013.

GONDIM, L. Os “Governos das Mudanças” no Ceará: um populismo weberiano? **XIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**, Caxambu-MG, p. 1-23, outubro/1995.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. 1. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Produto interno bruto municipal. **Análise do PIB dos municípios cearenses - 2019**, Fortaleza, nº 05, 95 p, dez./2021.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. 1st Ed. Oxford: Blackwell Ltd., 1991.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2. Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

PROMOÇÃO





PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global de produção do capital**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOREIRA, A. V. M. A urbanização capitalista e o financiamento da obra de requalificação da Avenida Beira-mar em Fortaleza-CE. *In: XVII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB)*, 11., 2022, Curitiba. Anais eletrônicos [...] Curitiba: Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná, p. 1-21, 2022.

PAIVA, R. A. Sobre a relação do turismo e urbanização. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, 20(33), p. 126-145, 2013.

PAULANI, L. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da História. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, Brasília, n. 10, 113 p, abr./jun. 2012.

ROYER, L. O. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. 1. Ed. São Paulo: Annablume, 2014.

RUFINO, B. **Incorporação da metrópole: transformações na produção imobiliária e do espaço na Fortaleza do século XXI**. 1. Ed. São Paulo: Annablume, 2016.

SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. L. (orgs.). **Crise do capital e fundo público**. São Paulo: Cortez, 2019.

TOPALOV, C. **La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis**. México: Edicol, 1979.

PROMOÇÃO

